



10 de dezembro  
DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

11 de dezembro de 2011  
INAUGURAÇÃO DO MEMORIAL DO CEMITÉRIO RICARDO DE ALBUQUERQUE

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ — com o apoio do então Vice Governador Nilo Batista — através de uma pesquisa iniciada em maio de 1991, no Instituto Médico Legal, no Instituto de Criminalística Carlos Éboli e na Santa Casa de Misericórdia, apontou a existência de uma vala clandestina no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (periferia do Rio de Janeiro) contendo as ossadas de quatorze militantes políticos, sendo dois desaparecidos políticos, são eles:

**Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho (desaparecidos políticos), José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúcia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio D'Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lurdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata, Merival Araújo e Luiz Ghillardini (mortos oficiais), todos enterrados como indigentes.**

Vinte anos depois, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ — com o respaldo da Vice Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro — inaugura um Memorial no Cemitério Ricardo de Albuquerque que guardará as ossadas retiradas e resguardará o local de vala clandestina onde ainda se encontram quase 2000 ossadas de indigentes enterrados nos anos de 1970.

Assim, a partir da documentação de órgãos da própria repressão — o DOPS — e de outros estabelecimentos que foram agentes importantes no respaldo e apoio técnico às atrocidades cometidas contra os militantes de esquerda e opositores em geral, começa, ainda que timidamente, a ser revelada a história das violências cometidas com o carimbo oficial. Segredos que estão longe de ser totalmente revelados, trazidos à luz, pois todos os arquivos dos diferentes aparatos militares (CISA, CENIMAR, CIE, SNI, DOI-CODIs etc) estão ainda guardados a “sete chaves”.

Cabe lembrar que a Comissão Nacional da Verdade, aprovada em novembro último, tem poderes legais diminutos, fixando um pequeno número de integrantes, não tendo orçamento próprio, desviando o foco de sua atuação ao fixar em 42 anos o período a ser investigado (de 1946 a 1988), extrapolando assim em duas décadas a já extensa duração da Ditadura Militar. Além disso, impede que se investigue as responsabilidades pelas atrocidades cometidas e envie as devidas conclusões às autoridades competentes, para que estas promovam a justiça.

Os crimes cometidos pela ditadura que controlou o Brasil por mais de 20 anos permanecem desconhecidos e os documentos que comprovam esses abusos continuam em segredo. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, órgão da Organização dos Estados Americanos, condenou nosso país por esses delitos, exigindo que o governo brasileiro investigue e responsabilize seus autores. E foi nesse sentido que o Brasil, através do atual governo, aprovou esta Comissão da Verdade, na tentativa de ter argumento junto à Corte para afirmar que esclareceu os casos de violação de direitos humanos.

**Por tudo isto, afirmamos que queremos sim uma Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça que efetivamente investigue onde, quando, como e quem foram os responsáveis pelas atrocidades cometidas em nome da “Segurança Nacional”. Que nossa história possa ser conhecida por todos e que os agentes do Estado sejam publicizados e responsabilizados!**

**Pela Vida, Pela Paz  
Tortura Nunca Mais!**

*Diretoria do GTNM/RJ*  
Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2011